



LEI ORDINÁRIA Nº 1068

de 21 de dezembro de 2015

"ESTIMA A RECEITA FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Vice Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e consoante as disposições da Constituição Federal, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga e publica a seguinte LEI:

Art. 1º..

Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Chapadão do Sul para exercício financeiro de 2016, compreendendo o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades que compõem a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 2º..

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul para o exercício de 2016, estima a Receita e Fixa a Despesa no valor total consolidado de R\$ 120.241.508,00 (cento e vinte milhões, duzentos e quarenta e um mil e quinhentos e oito reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 85.234.008,00 (Oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil e oito reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 35.007.500,00 (Trinta e cinco milhões, sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º..

A Receita Orçamentária decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, estando discriminadas as fontes de recursos de acordo com a Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011 e suas alterações, em seus respectivos quadros que acompanham esta Lei.

Parágrafo único. .

Se houver alterações quanto às fontes de recursos e sua destinação mediante ato legal do TCE/MS, fica o Poder Executivo autorizado a promover o remanejamento e ajuste das mesmas através de Decreto de suplementação.

Art. 4º..

As Receitas e as Despesas serão realizadas de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei. observando o seguinte desdobramento:

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Receitas Correntes	119.747.508,00
<i>Receita Tributaria</i>	19.448.000,00
<i>Receita de Contribuições</i>	4.832.000,00
<i>Receita Patrimonial</i>	5.244.000,00
<i>Receita Industrial</i>	110.000,00
<i>Receita de Serviços</i>	23.000,00
<i>Transferência Correntes</i>	88.088.508,00
<i>Outras Transferências Correntes</i>	2.002.000,00
2. Receita de Capital	8.116.000,00
<i>Amortização de Empréstimos</i>	1.000,00
<i>Transferência de Capital</i>	8.115.000,00
3. Receita Corrente Intraorçamentária	4.783.000,00
<i>Receita de Contribuições</i>	4.783.000,00
4. Deduções da Receita	-12.405.000,00
<i>Dedução da Receita Patrimonial</i>	-2.000,00
<i>Dedução p/ Formação do FUNDEB</i>	- 12.403.000,00
5. TOTAL	120.241.508,00

ESPECIFICAÇÃO		TOTAL
<i>Despesa Corrente</i>		97.320.008,00
<i>Despesa de Capital</i>		13.134.500,00
<i>Reserva de Contingência</i>		9.787.000,00
TOTAL		120.241.508,00
DESPESA POR ÓRGÃO		
ESPECIFICAÇÃO		TOTAL
<i>Câmara Municipal de Chapadão do Sul</i>		5.150.000,00
<i>Gabinete do Prefeito</i>		2.108.700,00
<i>Secretaria Municipal de Governo Secretaria Municipal de Administração</i>		196.500,00
<i>Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos</i>		16.863.500,00
<i>Secretaria Municipal de Educação</i>		10.317.408,00
<i>Secretaria Municipal de Saúde</i>		30.872.500,00
<i>Secretaria Municipal de Assistência Social</i>		25.954.000,00
<i>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente</i>		5.774.500,00
<i>Secretaria Municipal de Finanças de Planejamento</i>		3.967.600,00
<i>Secretaria Municipal de Cultura e Esporte</i>		2.698.100,00
<i>Secretaria Municipal de Infraestrutura e Projetos</i>		2.275.700,00
<i>Secretaria Municipal de Segurança</i>		287.000,00
<i>Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Chapadão do Sul</i>		316.000,00
TOTAL		120.241.508,00

Art. 5º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I.

Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) sobre o total da despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes previstas no §1º do Art. 43 de Lei 4.320/64.

II.

Tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita a realizar Operações de Créditos por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecendo ao limite estabelecido no inciso III, do artigo 167, ambos da constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal.

1º.

Não onerarão o limite previsto no Inciso I deste artigo, os créditos:

a).

Destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, horas de aval, débitos de precatórios judiciais, sentenças judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercício anteriores e despesas à conta de recursos vinculados;

b).

Suplementares para adequação das despesas com recursos oriundos de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Cooperação ou Instrumento Congênere, limitados aos recursos efetivamente arrecadados;

Art. 6º..

autoriza Poder Executivo a promover a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei do Plano Plurianual - PPA, com as alterações verificadas nesta Lei.

Art. 7º..

A reserva de contingência também poderá ser utilizada como fonte para a abertura de créditos adicionais ao orçamento conforme preceitua o Art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, na proporção 1/12 (um doze avos) ao mês, caso não esteja sendo utilizado como define a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º..

Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos as entidades privadas identificadas no quadro demonstrativos das entidades a serem beneficiadas com subvenções, anexo à presente lei, por meio de convênios, e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferências de recursos, obedecendo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 9º..

Em cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal, o Executivo Municipal se obriga a suplementar ou deduzir o Orçamento Geral da Câmara Municipal, em ate 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício financeiro em curso, tendo por base a receita afetivamente arrecadada.

Art. 10.

O Poder Executivo disponibilizará, até 30 de janeiro de 2016, o cronograma mensal de previsão de arrecadação de receitas e desembolso de despesas para o exercício de 2016, com base na Receita Prevista e Despesa Fixada nesta Lei.

Art. 11. *Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.*

Câmara Municipal de Chapadão do Sul-MS, 21 de dezembro de 2015.

ALÍRIO BACCA 1º. VICE - PRESIDENTE

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em